



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba

EDIÇÃO 4994
AGOSTO 2017

**Decretos - Leis - Avisos - Editais -
Justificativas**

DECRETO Nº 731, DE 02 DE AGOSTO DE 2017.
"Altera a redação do artigo 1º, do Decreto nº 19, de 30 de janeiro de 2004."
José Pereira de Aguiar Junior, Prefeito Municipal de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, do Decreto Municipal nº 19, de 30 de janeiro de 2004, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel descrito e caracterizado no presente Decreto, situado à Avenida Siqueira Campos, s/nº, neste Município de Caraguatatuba, de propriedade de Roberto Vieira Espindola, objeto da matrícula nº 23.816, do Registro de Imóveis de Caraguatatuba, que se destinará à implantação de equipamentos públicos voltados à Saúde, que assim se descreve:" (NR)
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Caraguatatuba, 02 de agosto de 2017.
José Pereira de Aguiar Junior
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 732, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.
"Altera o Decreto nº 717/2017, que nomeou os membros do Conselho Municipal de Assistência Social de Caraguatatuba - COMAS, para o biênio 2017/2019."
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR, Prefeito Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
CONSIDERANDO o ofício nº 018/2017 do Conselho Municipal de Assistência Social de Caraguatatuba – COMAS, solicitando alteração na composição do Conselho,
D E C R E T A :
Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Assistência Social de Caraguatatuba – COMAS, nomeado pelo Decreto nº 717, de 05 de julho de 2017, para se fazer constar a substituição dos seguintes membros:
I – Representantes do Poder Público Municipal:
a) Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:
Titular : Querem Silveira Pereira – RG: 42.062.499-5, em substituição a Andrea Regina de Souza – RG 33.599.681-4;
Suplente: Jaqueline Teixeira da Silva – RG: 39.677.216, em substituição a Valéria Moreira Soares dos Santos – RG 32.420.238-6.
II – Da Sociedade Civil:
a) Representantes das Entidades e Organizações de Assistência Social:
Suplente : Cibele Justina Ricardo de Paula – RG: 33.927.730-0, em substituição a Sidineia Maciel Matos Diogo – RG: 8.393.390-6.
Art. 2º O mandato dos membros ora nomeados será pelo período faltante dos membros substituídos, mantendo-se inalterados os demais representantes nomeados pelo Decreto nº 717/2017.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Caraguatatuba, 03 de agosto de 2017.
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 733, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.
"Altera a redação do artigo 1º, do Decreto nº 212/2014, que nomeia Comissão Especial e dispõe sobre diretrizes e providências para a arrecadação, por parte do Município de Caraguatatuba, de bem imóvel urbano abandonado, com fundamento no artigo 1.276 do Código Civil Brasileiro, dando-lhe prioritária destinação social."
José Pereira de Aguiar Junior, Prefeito Municipal de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
considerando a importância da participação de representantes da Secretaria Municipal de Habitação e da Secretaria Municipal de Urbanismo na Comissão Especial para Arrecadação de Bem Vago, criada pelo Decreto nº 212, de 11 de dezembro de 2014,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, do Decreto Municipal nº 212, de 11 de dezembro de 2014, que passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Fica criada a Comissão Especial para Arrecadação de Bem Vago, composta dos seguintes membros:
I - Secretário Municipal de Urbanismo, que presidirá a Comissão;
II – Secretário Municipal de Habitação;
III – Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos;
IV – Procurador Fiscal Chefe;
V – Servidor lotado na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente.
Parágrafo único. O servidor a que alude o inciso V, deste artigo, será indicado pelo Secretário Municipal de Assuntos Jurídicos."
Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, providenciando-se a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Caraguatatuba, 03 de agosto de 2017.
José Pereira de Aguiar Junior
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 734, DE 03 DE AGOSTO DE 2017.
"Altera o Decreto nº 658, de 10 de março de 2017, que dispõe sobre a nomeação de membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano".
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR, Prefeito do Município da Estância Balneária de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
CONSIDERANDO o memorando nº 452/17-SEURB-CMDU, solicitando alteração da composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano,
D E C R E T A :
Art. 1º Fica alterada a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano - CMDU, nomeado pelo Decreto nº 658, de 10 de março de 2017, que passa a ser composto dos seguintes membros:
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:
a) Secretaria Municipal de Urbanismo:
Titular : José Ricardo Antunha Lopes Gaspar – RG: 9895574-3, presidente do Conselho;
Suplente : Lilian Domingos de Souza – RG: 32.420.339-1.
b) Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Pesca:
Titular : Marcel Luiz Giorgeti Santos – RG: 43.906.785-6;
Suplente: Ronaldo Cheberle – RG: 20.232.251-8.
c) Secretaria Municipal de Obras Públicas:
Titular : Marlú F. de Vasconcelos – RG: 13.359.488-9;
Suplente: José Rodolfo de Oliveira – RG: 27.386.777-5.
d) Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos:
Titular : Paulo Rogério Spinelli – RG: 29.276.654-3;
Suplente: Carmem Luiza Ramos da Silva, RG: 19.853.656-2.
e) Secretaria Municipal de Governo:
Titular : Leonardo Macedo – RG: 25.089.700-3;
Suplente: Marco Antonio Gomes de Oliveira – RG: 22.799.397-4.
f) Secretaria Municipal de Trânsito, Segurança e Defesa Civil:
Titular : Jéssica Gaspar Rosalini – RG: 17.518.113;
Suplente: Alessandra Cintia Melges Saker Mapelli – RG: 24.494.383-7.
g) Secretaria Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e do Idoso:
Titular : Solange Ferreira de Almeida – RG: 44.632.365-2;
Suplente: Talita Pelayos da Silva Oliveira – RG: 47.046.986-9.
h) Secretaria Municipal de Habitação:
Titular : Piero Felipe Demma – RG: 18.940.717-7;
Suplente: Marcos Roberto de Souza – RG: 30.107.090-8.
i) Secretaria Municipal de Planejamento e Tecnologia da Informação:
Titular : Roberto Caixeta Domingues – RG: 58.535.071;
Suplente: Gabriela Cristina da Silva Coelho – RG: 35.860.114-9.
II – REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:
a) Associação Comercial e Industrial de Caraguatatuba:
Titular : Sthenio Pierrotti – RG: 6.603.702;
Suplente: Alexandre Marçal Stringari – RG: 23.571.288.
b) Associação de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos de Caraguatatuba:
Titular : Eng. Nilton de Oliveira e Silva – RG: 4.414.133;
Suplente: Eng. Manoel Luiz Ferreira – RG: 7.633.440-5;
Titular : Arq. Sergio Augusto Garcia – RG: 28.645.102-5;
Suplente: Arq. Eduardo Meirelles – RG: 9.789.471.
c) Associação de Moradores do Bairro Cidade Jardim:
Titular : Ormeu Gomes Machado – RG: 7.241.671;
Suplente: Jairo Manoel Rodrigues – RG: 8.795.948.
d) Associação Comunitária de Massaguaçu:
Titular : Wanderley Pedro Rodrigues Soares – RG: 5.162.785;
Suplente: Douglas Fabiano de Jesus Santos – RG: 33.449.981-1.
e) Associação do Bairro Caputera:
Titular : Sócrates Gomes Esteves – RG: 41.102.108-4;
Suplente: Sérgio Antônio Novo – RG: 29.365.581.
f) Associação dos Moradores do Bairro Morada do Mar:
Titular : Carlos Alberto Campos Viana – RG: 5.783.107;
Suplente: Francisco Carlos Alves de Oliveira – RG: 28.038.750-7.
g) Instituto Onda Verde:
Titular : Raimunda Fátima Vilela – RG: 1.301.202;
Suplente: Delvan Antunes do Nascimento – RG: 12.173.758-5.

h) ONG Maranata Ecologia:
Titular : Maria das Mercês Rojas Marin Serra – RG: 11.294.889-3;
Suplente: Andrea Boretii – RG: 22.334.303.
Art. 2º O mandato dos conselheiros representantes da sociedade civil ora nomeados será pelo prazo faltante de 02 (dois) anos e dos conselheiros representantes do Poder Público enquanto perdurar a sua indicação e qualificação, conforme disposto no art. 7º, da Lei Municipal nº 1.175/2005.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, providenciando-se a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Caraguatatuba, 03 de agosto de 2017.
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 735, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.
"Dispõe sobre a prorrogação do mandato dos membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB."
José Pereira de Aguiar Junior, Prefeito Municipal de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e,
CONSIDERANDO o ofício nº 10/2017 do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, solicitando novas alterações na Lei nº 1367/2007, que criou e rege o Conselho;
CONSIDERANDO que o mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, nomeados pelo Decreto nº 323, de 04 de agosto de 2015, e alterações, expirou em 03/08/2017,
DECRETA:
Art. 1º Fica prorrogado o mandato dos atuais membros titulares e suplentes do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho do FUNDEB, nomeados pelo Decreto nº 323, de 04 de agosto de 2015, e alterações, até a conclusão de processo eleitoral e posse dos novos membros eleitos para a gestão 2017/2019.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, providenciando-se a sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Caraguatatuba, 04 de agosto de 2017.
José Pereira de Aguiar Junior
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 005, de 10 de julho de 2017.
Dispõe sobre a composição da Mesa Diretora do Conselho Municipal de Assistência Social Gestão 2017-2019
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS, no uso das atribuições que são conferidas pela Lei Municipal nº 1275, de 28 de Junho de 2006 e Lei nº 2.175 de 11 de julho de 2014, em reunião extraordinária realizada no dia 10 de julho de 2017, registrada na Ata nº 180.
CONSIDERANDO a Decreto nº 717 de 5 de Julho de 2017 que dispõe sobre a nomeação dos Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS de Caraguatatuba para o biênio 2017-2019
RESOLVE:
Art. 1º - Fica aprovado por unanimidade a nova composição da Mesa Diretora deste Conselho disposta da seguinte forma:
I. Alcione Aparecida Vitório Ribeiro dos Santos
II. Leda Maria Goulart de Oliveira
III. Angela Cristina dos Santos Sbruzzi.
Art. 4º - Esta Resolução deliberativa entra em vigor na data de sua publicação.
Alcione Aparecida Vitório Ribeiro dos Santos
Presidente do COMAS
Gestão 2017-2019

RESOLUÇÃO Nº 006, de 1 de Agosto de 2017.
Dispõe sobre a composição das Comissões de Trabalho Interno do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS Gestão 2017-2019
O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - COMAS, no uso das atribuições que são conferidas pela Lei Municipal nº 1275, de 28 de Junho de 2006 e Lei nº 2.175 de 11 de julho de 2014, em reunião extraordinária realizada no dia 1 de Agosto de 2017, registrada na Ata nº 182.
CONSIDERANDO a Decreto nº 717 de 5 de Julho de 2017 que dispõe sobre a nomeação dos Conselheiros do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS de Caraguatatuba para o biênio 2017-2019.
RESOLVE:
Art. 1º - Fica criada a Comissão de Normas e Registros composta paritariamente da seguinte maneira:

A. Sociedade Civil
I. Iara Freire da Costa
II. Leda Maria Goulart de Oliveira
III. Charlene Aparecida Teles Capelete
B. Poder Público
IV. Izabel Donizetti
V. Ana Maria Maganini
VI. Marcia Paiva de Medeiros

Art. 2º - Fica criada a Comissão de Finanças e Orçamento composta paritariamente da seguinte maneira:
A. Sociedade Civil
B. Lais Antunes Sperandeo Soares
I. Leandro Ribeiro
C. Poder Público
II. Angela Cristina dos Santos Sbruzzi
III. Alcione Aparecida Vitório Ribeiro dos Santos

Art. 3º - Fica criada a Comissão de Ética composta paritariamente da seguinte maneira:

A. Sociedade Civil
I. Iara Freire da Costa
II. Maria Aparecida Waack
B. Poder Público
III. Thales Wataru Ferreira Mizumoto
IV. Angela Cristina dos Santos Sbruzzi

Art. 4º - Fica criada a Comissão de Política e Legislação composta paritariamente da seguinte maneira:

A. Sociedade Civil
I. Leda Maria Goulart de Oliveira
II. Viviane Dias Vieira de Oliveira
III. Lais Antunes Sperandeo Soares
B. Poder Público
IV. Ana Maria Magagnini
V. Márcia Paiva de Medeiros
VI. Querem Silveira Pereira

Art. 5º - Fica criada a Comissão de Fiscalização do IGD - SUAS composta paritariamente da seguinte maneira:

A. Sociedade Civil
I. Ana Matilde Feijao Aguiar
II. Charlene Aparecida Teles Capelete
III. Leandro Ribeiro
B. Poder Público
IV. Ana Maria Magagnini
V. Lourianne Oliveira Bastos Rodrigues.
VI. Querem Silveira Pereira

Art. 6º - Fica criada a Comissão de Fiscalização do Programa Federal Bolsa Família composta paritariamente da seguinte maneira:

A. Sociedade Civil
I. Viviane Dias Vieira de Oliveira
II. Renatta Zanolla Rodrigues
B. Poder Público
III. Lourianne Oliveira Bastos Rodrigues.
IV. Danielly Patricia Pegoretti Barbosa.

Art. 7º - Fica criada a Comissão de Eleição da Sociedade Civil para os remanentes, composta paritariamente da seguinte maneira:

A. Sociedade Civil
I. Leda Maria Goulart de Oliveira
II. Iara Freire da Costa
III. Charlene Aparecida Teles Capelete
B. Poder Público
IV. Angela Cristina dos Santos Sbruzzi
V. Alcione Aparecida Vitório Ribeiro dos Santos
VI. Lourianne Oliveira Bastos Rodrigues.

Art. 7º - Esta Resolução deliberativa entra em vigor na data de sua publicação.
Alcione Aparecida Vitório Ribeiro dos Santos
Presidente do COMAS
Gestão 2017-2019

DECRETO Nº 736, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.
"Altera a composição da Comissão Permanente de Licitação e dá outras providências."
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR, Prefeito Municipal de Caraguatatuba, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
D E C R E T A :



Prefeitura Municipal da Estância Balneária de Caraguatatuba

EDIÇÃO 4994
AGOSTO 2017

**Decretos - Leis - Avisos - Editais -
Justificativas**

Art. 1º Fica alterada a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO, que passa a ter a seguinte composição:
I – ALLAN TRIPAC ABREU DOS SANTOS, RG nº 34.647.840-6, lotado na Secretaria Municipal de Administração, que exercerá a Presidência da Comissão Permanente de Licitação;
II – JOSÉ RODOLFO OLIVEIRA, matrícula nº 21.158, RG nº 27.386.777-5, lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas;
III – Leandro Borela Barbosa, matrícula nº 21.128, RG nº 25.852.816-3, lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas;
IV – Nilton Cesar de Souza Domiciano, matrícula nº 1.690, RG nº 17.305.823-1, lotado na Secretaria Municipal de Administração;
V – ERICA MESQUITA DO NASCIMENTO NOBRE, matrícula nº 15.390, RG nº 52.385.935-1, lotada na Secretaria Municipal de Administração;
VI – Sue Ellen Alves dos Santos, matrícula nº 15.764, RG nº 36.536.267-0, lotada na Secretaria Municipal de Administração;
VII – Ana Cristina Agostine, matrícula nº 8.547, RG nº 27.961.145-6, lotada na Secretaria Municipal de Obras Públicas;
VIII – ERIKA RAQUEL MAGALHÃES, matrícula nº 21.296, RG nº 46.316.633-4, lotada na Secretaria Municipal de Administração;
IX – Thales Wataru Ferreira Mizumoto, matrícula nº 21.139, RG nº 27.457.364-7, lotado na Secretaria Municipal de Assuntos Jurídicos;
X - SERGIO CRISTÃO, matrícula nº 6.051, RG nº 33.599.579-2, lotado na Secretaria Municipal de Administração;
XI – ANDRÉ LUIZ PASSOS NASCIMENTO, matrícula nº 18.200, RG nº 40.512.757-1, lotado na Secretaria Municipal de Administração;
XII – Luciana Kelly de Oliveira Silva, matrícula nº 6.479, RG nº 33.010.648-X, lotada na Secretaria Municipal de Administração;
XIII – IVONE DA CRUZ FERREIRA, matrícula nº 21.746, RG nº 23.574.249-1, lotada na Secretaria Municipal de Administração;
XIV – MARIANA DE OLIVEIRA, matrícula nº 15.676, RG nº 48.583.354-2, lotada na Secretaria Municipal de Administração;
XV – ALFREDO PÁDUA MANZANO, matrícula nº 21.903, RG nº 15.340.830-3, lotado na Secretaria Municipal de Obras Públicas.

Art. 2º A Secretaria Municipal de Administração deverá dar apoio operacional e fornecer meios para que a Comissão Permanente de Licitação ora instituída possa se reunir e desenvolver suas atividades.

Art. 3º A comissão Permanente de Licitação funcionará com no mínimo 3 (três) membros, podendo o Presidente assinar os Editais respectivos.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Municipal nº 613, de 11 de janeiro de 2017.

Caraguatatuba, 07 de agosto de 2017.
José Pereira de Aguiar Junior
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.349, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.
“Dispõe sobre a Apresentação de Artistas locais na Abertura de Shows Musicais e outros, realizados no Município e dá outras providências.”
Autor: Vereador Renato Leite Carrizo de Aguiar.
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR, Prefeito do Município de Caraguatatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º Nos shows e eventos musicais de cantores ou grupos e outros espetáculos de qualquer natureza, realizados no município de Caraguatatuba, fica assegurado na abertura dos espetáculos, espaço para apresentação de artistas locais. Parágrafo único. Entende como artista local aquele residente no município de Caraguatatuba e, por grupo local, aquele que tenha pelo menos a metade de seus integrantes residentes no município.
Art. 2º De todos os contratos realizados pela Municipalidade a que se refere ao artigo 1º desta Lei, deverá constar cláusula informando da obrigatoriedade da participação de artistas locais no início de cada evento.
Art. 3º Os artistas locais interessados deverão requerer o espaço para apresentação junto à Prefeitura Municipal de Caraguatatuba.
Art. 4º Os promotores de eventos que infringirem as disposições desta Lei ficam sujeitos ao pagamento de multa no valor de 1.000 UFESP's (Hum mil Unidades Fiscais do Estado de São Paulo). Parágrafo único. O valor da multa recolhida será revertido em favor de projetos culturais, coordenados pela Prefeitura Municipal de Caraguatatuba.
Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no que entender necessário.
Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Caraguatatuba, 07 de agosto de 2017.
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.350, DE 07 DE AGOSTO DE 2017.
“Autoriza a criação, no Município de Caraguatatuba, do curso de línguas estrangeiras com parceria entre o Poder Executivo e a iniciativa privada.”
Autor: Vereador José Eduardo da Silva.
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR, Prefeito do Município de Caraguatatuba, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com a Iniciativa Privada para a criação de cursos de línguas estrangeiras, inglês e/ou espanhol, destinada aos jovens carentes de nosso Município, sem ônus para a Municipalidade.
Art. 2º O curso deverá propiciar:
I – ensino da língua inglesa e/ou espanhola, nas formas escrita e falada, e suas importâncias em nosso Mundo Globalizado;
II – maior possibilidade para o ingresso de nossos jovens carentes no concorrido mercado de trabalho;
III – oportunidade de aprimoramento educacional e profissional para nossos jovens carentes; e,
IV – um incentivo que possa possibilitar o contato dos nossos jovens com outras culturas.
Art. 3º A implementação do curso de línguas ficará condicionada à efetivação de parceria entre o Poder Público e a Iniciativa Privada, sendo que a Iniciativa Privada será responsável pelo fornecimento de materiais didáticos, recursos e profissionais destinados para garantir a mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento satisfatório das atividades.
Art. 4º No final do curso será expedido, pela entidade conveniada, certificado de conclusão aos jovens.
Art. 5º O presente curso será destinado para jovens com idades compreendidas entre 10 a 17 anos e que sua família não possua renda familiar superior a 05 (cinco) salários mínimos.
Art. 6º O Executivo Municipal disponibilizará um local adequado, em edifício público, para ser realizado o curso.
Art. 7º A Municipalidade realizará merchandising gratuito, em face da personalidade jurídica conveniada, em contrapartida aos prêmios realizados na execução da presente.
Art. 8º A presente lei deverá ser regulamentada através de Decreto Municipal.
Art. 9º Está Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Caraguatatuba, 07 de agosto de 2017.
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 725, DE 28 DE JULHO DE 2017.
“Dispõe sobre suplementação de dotação do Orçamento do Município no exercício de 2017.”
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR, Prefeito do Município de Caraguatatuba, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de acordo com a autorização legislativa conferida pelo artigo 4º, da Lei Municipal nº 2.314, de 09 de dezembro de 2016 – Lei do Orçamento Anual de 2017.

D E C R E T A:
Art. 1º Fica aberto um crédito de R\$ 4.650.200,00 (quatro milhões seiscentos e cinquenta mil e duzentos reais) suplementar ao Orçamento do Município no exercício de 2017, observando-se as classificações Institucionais, Econômicas e Funcionais Programáticas seguintes:
Suplementação

Dotação	Fonte Recurso	Valor
015 01.01.04.122.0003.2.008.339039 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	10.000,00
036 02.01.04.122.0008.2.018.339039 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	10.000,00
097 04.01.04.122.0010.2.022.319016 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	01	50.000,00
107 04.01.04.122.0010.2.023.339030 Material de consumo	01	20.000,00
109 04.01.04.122.0010.2.024.339036 Outros serviços de terceiros – pessoa física	01	120.000,00
110 04.01.04.122.0010.2.024.339039 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	40.000,00
129 05.01.04.123.0011.2.025.339039 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	200.000,00
392 11.01.27.812.0043.2.063.339033 Passagens e despesas com locomoção	01	17.500,00
394 11.01.27.812.0043.2.064.339030 Material de consumo	01	50.000,00
395 11.01.27.812.0043.2.064.339031 Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	01	50.000,00
396 11.01.27.812.0043.2.064.449052 Equipamentos e material permanente	01	20.000,00
399 11.01.27.812.0043.2.065.339039 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	200.000,00
417 11.02.27.812.0044.2.066.339036 Outros serviços de terceiros – pessoa física	01	300.000,00

429 12.01.23.695.0042.2.092.339039 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	250.000,00
454 13.01.08.122.0045.2.100.339039 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	50.000,00
606 14.01.10.301.0058.2.255.339032 Material de distribuição gratuita	05	16.000,00
674 17.01.15.452.0024.2.070.339039 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	1.075.000,00
733 14.01.10.122.0058.2.126.449052 Equipamentos e material permanente	05	1.857.000,00
810 22.01.13.392.0072.2.077.319011 - FUNDACC Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil	01	134.700,00
811 22.01.13.392.0072.2.077. 319013 - FUNDACC Obrigações patronais	01	30.000,00
821 22.01.13.392.0072.2.077. 339030 - FUNDACC Material de consumo	01	20.000,00
824 22.01.13.392.0072.2.077. 339036 - FUNDACC Outros serviços de terceiros – pessoa física	01	50.000,00
826 22.01.13.392.0072.2.077. 339039 - FUNDACC Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	50.000,00
828 22.01.13.392.0072.2.077. 339046 - FUNDACC Auxílio alimentação	01	30.000,00
TOTAL		4.650.200,00

Art. 2º Os créditos suplementares ora abertos, serão cobertos com recursos que aludem o inciso III do § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1.964, assim discriminados:

Anulação

Dotação	Fonte Recurso	Valor
244 09.01.15.452.0030.2.044.339039 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	1.565.000,00
254 09.01.15.452.0030.2.043.339030 Material de consumo	01	1.052.500,00
386 11.01.27.812.0102.2.247.339039 Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	01	5.000,00
406 11.01.27.812.0102.2.245.339030 Material de consumo	01	5.000,00
407 11.01.27.812.0102.2.245.339036 Outros serviços de terceiros – pessoa física	01	5.000,00
412 11.01.27.812.0102.2.247.339030 Material de consumo	01	5.000,00
413 11.01.27.812.0102.2.247.339036 Outros serviços de terceiros – pessoa física	01	5.000,00
817 22.01.13.392.0072.2.077. 335043 - FUNDACC Subvenções sociais	01	134.700,00
TOTAL		2.777.200,00

Dotação	Fonte Recurso	Valor
Excesso de arrecadação: Programa de financiamento das ações de alimentação e nutrição – C/C 0797 00624008-2	05	16.000,00
Excesso de arrecadação: Estruturação da rede de serviços de atenção básica – Proposta nº 14009.808000/1130-06-MS	05	27.000,00
Excesso de arrecadação: Estruturação de unidades de atenção especializada em saúde – C/C 0797 00624013-9	05	400.000,00
Excesso de arrecadação: Estruturação da rede de serviços de atenção básica – C/C 1741 34457-5	05	780.000,00
Excesso de arrecadação: Estruturação da rede de serviços de atenção básica – C/C 0797 624017-1	05	250.000,00
Excesso de arrecadação: Estruturação da rede de serviços de atenção básica – C/C 0797 624016-3	05	300.000,00
Excesso de arrecadação: Estruturação da rede de serviços de atenção básica – C/C 0797 624015-5	05	250.000,00
TOTAL		1.873.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data, devendo ser providenciada sua publicação, ficando convalidado no Plano Plurianual e na Lei das Diretrizes Orçamentárias vigentes.

Caraguatatuba, 28 de julho de 2017.
JOSÉ PEREIRA DE AGUILAR JUNIOR
Prefeito Municipal

TODOS CONTRA A DENGUE

COMBATE AO CRIADOURO

PREFEITURA DE CARAGUATATUBA
DENUNCIE 3887-6888 - 3887-6085